

Demonstrações financeiras - Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Mensagem da Administração: A Ambiental MS Pantanal SPE S.A. apresenta aos seus acionistas e ao mercado em geral o Relatório da Administração que demonstra os principais fatos referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Em 2025, a Parceria Público-Privada entre a Sanesul e a Ambiental MS Pantanal, fez com que o Mato Grosso do Sul alcançasse 75% de cobertura de esgotamento sanitário, resultado da expansão da infraestrutura de saneamento realizada nos últimos anos. A Ambiental MS Pantanal seguiu avançando em soluções sustentáveis para a gestão do lodo gerado nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) em Mato Grosso do Sul. Por meio do projeto FerBio-MS, o

materiál é processado por compostagem e transformado em biofertilizante, contribuindo para a redução do descarte em aterros e para a promoção da economia circular. A iniciativa já viabilizou o reaproveitamento de centenas de toneladas de lodo tratado, com distribuição do insumo para agricultores familiares, assentamentos e comunidades quilombolas, reforçando os impactos ambientais e sociais positivos do saneamento. Além disso, a Ambiental MS Pantanal reforçou suas iniciativas de responsabilidade social, promovendo programas com foco na preservação dos recursos hídricos e na conscientização da

população sobre a importância da água e do saneamento, como foi o caso da **exposição itinerante "Olho D'Água - Artes Líquidas e Águas Visuais"**. O projeto contou com cinema 3D, instalações interativas e realidade virtual, abordando temas como escassez de água, relação da sociedade com os rios e impactos ambientais. Para o próximo exercício, continuaremos focados na execução dos investimentos planejados, visando cumprir as metas estabelecidas para avanço do esgotamento sanitário, seguindo as premissas de eficiência operacional e financeira do Modelo Operacional Aegea.

Ativo	Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		
	Nota 31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.872	368
Aplicações financeiras	6	56.556	62.358
Contas a receber de clientes	7	21.446	17.627
Estoque		1.232	1.039
Debêntures privadas partes relacionadas	8	—	63.790
Tributos a recuperar		5.904	10.336
Outros créditos		2.019	722
Total do ativo circulante		96.029	156.180
Instrumentos financeiros derivativos	20	7.400	—
Tributos a recuperar		38	38
Ativo fiscal diferido	19 b.	11.323	2.107
Outros créditos		5	6
Total do realizável a longo prazo		18.766	2.151
Imobilizado		51.779	40.216
Ativo de contrato da concessão	9	90.061	40.281
Intangível	10	607.564	245.004
Total do ativo não circulante		768.170	327.652
Total do ativo		864.199	483.832

Passivo	Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		
	Nota 31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)	01/01/2024 (reapresentado)
Fornecedores e empreiteiros	11	127.888	27.225
Financiamentos e debêntures	12	2.302	2.062
Obrigações trabalhistas e sociais		5.873	4.475
Obrigações fiscais		3.373	1.993
Juros sobre capital próprio a pagar	8	—	—
Outros tributos diferidos		252	436
Instrumentos financeiros derivativos		—	—
Outras contas a pagar	14	21.394	12.876
Total do passivo circulante		161.082	49.067
Fornecedores e empreiteiros	11	10.375	1.793
Financiamentos e debêntures	12	485.869	349.505
Provisões para demandas judiciais		29	10
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	128.987	—
Passivo fiscal diferido		—	—
Provisão de Benefício pós-emprego		330	117
Outras contas a pagar	14	32.167	26.294
Total do passivo não circulante		657.757	377.719
Total do passivo		818.839	426.786
Patrimônio líquido	15		
Capital social		73.229	67.126
Ajuste de avaliação patrimonial		(357)	222
Prejuízos acumulados		(27.512)	(10.302)
Total do patrimônio líquido		45.360	45.383
Total do passivo e patrimônio líquido		864.199	483.832

Demonstração do resultado		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		
	Nota 31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Receita operacional líquida	16	530.586
Custos dos serviços prestados	17	(473.585)
Lucro bruto		57.001
Despesas administrativas e gerais	17	(40.379)
Outras receitas operacionais		1.082
Outras despesas operacionais		(1.363)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		16.341
Receitas financeiras	18	23.405
Despesas financeiras	18	(65.875)
Resultado financeiro		(42.470)
Resultado antes dos tributos		(26.129)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19 b.	8.919
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(17.210)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)							
	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		122.049	(61.025)	61.024	—	(15.471)	45.553
Ajustes reapresentação		—	—	—	—	200	(170)
Saldos em 1º de janeiro de 2024 - reapresentado		122.049	(61.025)	61.024	—	200	45.383
Benefício pós-emprego (líquido de impostos)		—	—	—	—	22	—
Aumento de capital social	15 a.	—	6.102	6.102	—	—	6.102
Lucro do exercício	15	—	—	—	—	5.539	5.539
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - reapresentado		122.049	(54.923)	67.126	222	(10.302)	57.046
Benefício Pós-emprego (líquido de impostos)		—	—	—	—	(28)	—
Aumento de capital social	15 a.	—	6.103	6.103	—	—	6.103
Valor justo de derivativos		—	—	—	—	(551)	—
Prejuízo do exercício	15	—	—	—	—	(17.210)	(17.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		122.049	(48.820)	73.229	(357)	(27.512)	45.360

Demonstração do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		
	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(17.210)	5.539
Itens que poderiam ser classificados para o resultado		
Valor justo de derivativos	(834)	—
IR/CS diferidos sobre valor justo de derivativos	(283)	—
Ganho (Perda) atuarial - Benefício pós-emprego	423	33
IR/CS diferidos sobre benefício pós-emprego	14	(11)
Resultado abrangente total	(17.789)	5.561

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Ambiental MS Pantanal SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, domiciliada no Brasil com sede em Campo Grande - MS. A Companhia foi constituída em 24 de novembro de 2020, de acordo com os termos do Edital de Concorrência pública nº 01/2020, e contrato firmado em 05 de fevereiro de 2021. A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. (SANESUL) é detentora do contrato de concessão, com a Companhia, para exploração dos serviços públicos de coleta e tratamento de esgoto sanitário outorgados na área urbana no município de Campo Grande - MS, pelo prazo de 30 anos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 65.053, substancialmente composto por fornecedores partes relacionadas, detalhadas nas notas explicativas nº 8. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios em condições de normalidade. **Segmento Operacional:** A Companhia avalia a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. **2. Base de preparação:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 22 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Definição de vida útil do ativo intangível: requer julgamento da Administração, considerando o período estimado de geração de benefícios econômicos futuros, bem como aspectos contratuais e regulatórios (nota explicativa nº 10). • Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota explicativa nº 19). d) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) **Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. b) **Ativos intangíveis:** A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "d". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor. c) **Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em negociações normais; • A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, incluindo essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações atuais de mercado do valor do direito no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. d) **Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** A Companhia aplica a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelo serviço de construção. A Companhia reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados a obras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de concessão de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos das debêntures atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. e) **Capitalização dos custos dos financiamentos e debêntures:** Os custos das debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. f) **Benefícios a empregados: (i) Benefício de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido no valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. g) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. h) **Receita de contrato com cliente:** A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir: (i) **Serviços de tratamento de esgoto:** A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado. (ii) **Receitas de construção ativo intangível:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. i) **Tributos: (i) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram uma compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Tributo corrente:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Tributo diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição

Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos resultados diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Exposições fiscais:** Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e ao pagamento adicional de imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. (ii) **Tributos sobre prestações de serviços:** O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia. O PIS e COFINS diferidos no Balço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhes deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. j) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. **Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros** são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (ii) **Mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias: • **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria: • **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer depreciação ou taxa na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. (iii) **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuário, os termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) **Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos de swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seu risco de taxa de juros. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. No início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de ineffectividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. **Hedges de valor justo:** A Companhia utiliza contratos de swap como hedge para proteger sua exposição ao risco identificado. A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. (vi) **Hierarquia do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1 - preços cotados (não ajustados)** em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2 - técnicas de avaliação** para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3 - técnicas de avaliação** para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma reconstruída, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação. (vii) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e ganho com instrumentos derivativos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre financiamentos e debêntures, perda com instrumentos financeiros, despesas e comissões bancárias, amortização de custo de captação e juros de arrendamentos. k) **Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas a cada ativo ou passivo. l) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Novos pronunciamentos contábeis poderão ser aplicáveis a exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou antecipadamente esses pronunciamentos na preparação destas demonstrações financeiras. Dentre as normas emitidas com potencial aplicabilidade à Companhia, destaca-se: • CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Para testar a efetividade da *hedge*, a Companhia usa o método do derivativo hipotético comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos. As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de:

- Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*;
- O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos;
- Alterações na quantidade prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*.

Valor justo: *Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos:* A Companhia divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Companhia, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia considera como risco a alta do CDI. A Companhia considera como cenário-base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgado pela B3 no dia 31 de dezembro de 2025. A Companhia estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Além disso, em outra avaliação, considera-se ainda o risco da alta do IPCA. A Companhia considera como cenário-base a curva de taxas referenciais NTN-B divulgadas pela Anbima no dia 31 de dezembro de 2025. A Companhia estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o

Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

	Instrumento	Exposição	Risco	2025		
				I	II	III
			Variação USD	(105.682)	(234.474)	(274.722)
			Queda Curva CDI	7.495	8.250	8.547
Swap	7.400	Alta Curva Cupom Cambial	(24.038)	(75.542)	(97.211)	
			Variação SOFR	6.712	6.370	6.263
			Alta Curva SOFR	13.053	25.136	31.178

21. Transações que não afetaram caixa: Nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações de investimentos e financiamentos que não afetaram caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, estão apresentadas abaixo:

	2025	2024
Aquisição de ativo de contrato de concessão	93.462	10.933
Adições de ativo de direito de uso e passivo arrendamento	33.320	51.196
Custos de arrendamento capitalizados	11.371	3.913
Custos de empréstimos capitalizados	14.157	3.578

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão: Atingir níveis de atendimento de coleta e tratamento de esgoto, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão: (I) a partir de 2031 até o final da concessão em 2050, 98% de coleta e tratamento de esgoto. **23. Aspectos ambientais:** A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. **24. Eventos subsequentes:** Em 27 março de 2026, a MS Pantanal captou o montante de R\$ 157 milhões (equivalente a US\$ 30 milhões) referente à contratação de crédito internacional junto ao Sumitomo Mitsui Banking Corporation e à Japan International Cooperation Agency (JICA). A operação totaliza US\$ 140 milhões, sendo US\$ 70 milhões junto ao Sumitomo com remuneração fixa de 6,68% a.a., e US\$ 70 milhões junto ao JICA com taxa atrelada ao indexador USD/SOFR acrescida de um spread de 2,20% a.a. O montante total captado até o momento é equivalente a R\$ 640 milhões.

Diretoria

Gabriel Martins Buim - Diretor Presidente

Clayton Marcos Pereira Bezerra - Diretor Executivo

Contador

Marcelo Bogas - CRC SP 253488/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da Ambiental MS Pantanal SPE S.A. - Campo Grande - MS.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ambiental MS Pantanal SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ambiental MS Pantanal SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos saldos correspondentes de exercícios anteriores:** Chamamos a atenção à nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras que indicam que os saldos correspondentes de exercícios anteriores foram retificados e estão sendo reapresentados para refletirem os ajustes descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024:** O exame dos balanços patrimoniais, em 1º de janeiro de 2024 (derivado das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023), preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 27 de março de 2024. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 4 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, em 1º de janeiro de 2024. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados

para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Luiz Schincariol
Contador CRC 1SP257416/O-1